

A TRADIÇÃO E SEU OUTRO: BERGSON CONTRA GUÉNON

TRADITION AND ITS OTHER: BERGSON VERSUS GUÉNON

*Fernando Monegalha*¹

Resumo: Bergson foi duramente criticado por René Guénon em diversos momentos de sua obra. O que intentaremos fazer neste artigo é mostrar alguns dos elementos desta crítica (baseando-nos principalmente na *Crise do mundo moderno*), para tentar a partir disso fabular uma metacrítica bergsoniana à Guénon, mostrando como a diversidade de mal-entendidos de Guénon esconde na verdade uma radical diversidade de concepções metafísicas acerca do Real.

Palavras-chave: Filosofia da Duração; Tradicionalismo; Bergson; Guénon

Abstract: Bergson was harshly criticized by René Guénon at various moments throughout his work. What we intend to do in this article is to present some elements of this critique (drawing mainly on *The Crisis of the Modern World*), and, on that basis, to attempt to devise a Bergsonian metacritique of Guénon, showing how the diversity of Guénon's misunderstandings in fact conceals a radical diversity of metaphysical conceptions of the Real.

Keywords: Philosophy of Duration; Traditionalism; Bergson; Guénon

1. Introdução: o fim da Metafísica?

Por muito tempo, pensou-se que a Metafísica tinha sido varrida para os confins da Filosofia. Afinal de contas, quem ainda teria interesse, em pleno século XXI, em discutir questões relativas à estrutura do Real, à divisão tripartite Deus, alma e mundo, à grande cadeia do Ser ou equivalentes, em suma, todos aqueles ramos das metafísicas especiais duramente criticados por Kant? Após todo o processo iniciado com a morte de Deus, tão grandiosamente constatada por Nietzsche (o niilismo durará dois séculos, profetizava ele²), parecia inclusive que a Filosofia tinha entrado num período pós-metafísico, não somente pela insurgência da filosofia analítica

¹ Professor do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas. <https://orcid.org/0000-0001-5271-6738>

² VOLPI, Franco. *Niilismo*. 1999. P. 8.

da linguagem, mas também pelos diversos ramos da filosofia francesa e alemã contemporâneas, com o advento de um pensamento do Ser para além da ontoteologia tradicional (Heidegger), um pensamento da diferença e da alteridade absolutas (Derrida), com a ontologia existencial de Sartre (e sua constatação da impossibilidade de se pensar a metafísica), entre outros. Aparentemente, o máximo que se faz hoje é pensar uma *cosmologia*, que avance para além das aporias fenomenológicas (penso aqui no último Merleau-Ponty e no projeto atual de Renaud Barbaras, ou mesmo num Deleuze: precisamos acreditar no mundo), mas a *teologia*, essa tão antiga dama platônica, parece ter sido de fato quase escorraçada da seara filosófica, sendo pensada somente por filósofos mais “marginais”, em aulas de Filosofia Medieval, ou em departamentos de Teologia e Ciências da Religião (por assim dizer, à margem da Filosofia). Repare-se que mesmo essa fragmentação da Metafísica em diversos campos (a Cosmologia, a Psicologia e a Teologia racionais, ocorrida bem antes do século XVIII) já é um sinal de certa decadência da disciplina, na medida em que a Metafísica é a busca do Real em sua totalidade, antes de mais nada. Ora, o Real, como se sabe, é o que mais tem faltado em nossa cultura de simulacros... Se nos permitem uma analogia entre a Filosofia e o psiquismo, podemos dizer que, *grosso modo*, é como se a Metafísica tivesse sido recalcada num rincão inconsciente da Filosofia, tal como um evento traumático do qual ela não quisesse, não pudesse se lembrar. Daí, inclusive, vale lembrar, os não-ditos, os interditos que verificamos ainda hoje na Filosofia acadêmica (“não é sério que você esteja estudando isso”).

Mas como sabemos, um conteúdo psíquico recalcado pode ressurgir de diversas formas deslocadas, às vezes muito violentas, está aí toda a história da histeria que não nos deixa mentir. Na dura insistência do passado, o inconsciente volta à tona, às vezes em configurações monstruosas, delírios terríveis, alucinações fatais. Lancemos aqui uma primeira hipótese: o que observamos hoje, não apenas no âmbito filosófico, mas na própria cultura e política de nosso tempo, é uma espécie de retorno do recalcado, que não é outro senão a própria Metafísica. Gostaria de lançar uma outra hipótese, derivado da primeira: ao contrário do que poderíamos pensar ordinariamente, o que chamamos ordinariamente de “extrema direita” é uma espécie de *sintoma* desse retorno da Metafísica. Percebam bem que invertemos a ordem usual dos fatores: a extrema direita é um *sintoma* desse retorno da Metafísica, não a sua *causa*. Eis a nossa hipótese. Tentemos agora precisá-la.

De alguns tempos para cá, tem surgido diversas obras que têm analisado e apresentado – de forma por vezes um tanto personalista e superficial, é verdade – o que se acostumou chamar de movimento tradicionalista, tradicionalismo ou Tradição pura e simplesmente. Para mencionar somente dois livros publicados no Brasil, temos aí “Contra o mundo moderno: o Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX”, de Mark Sedgwick e “Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista”, de Benjamin Teitelbaum, para não mencionar outros livros que tratam de autores particulares do movimento tradicionalista, do tradicionalismo católico, etc. Para ficarmos nestes dois livros, no que pese sua tendência em se focar em dados históricos e biográficos das pessoas envolvidas nesse movimento, temos duas constatações que devemos reter: a primeira é a da indissociabilidade da ascensão do que chamamos de extrema-direita com a popularização e divulgação do tradicionalismo: são fenômenos não apenas correlatos, mas internamente interligados. A segunda constatação, que vai balizar a nossa fala de hoje, é a seguinte: apesar do tradicionalismo se basear na ideia de uma *origem* (*arché*) necessariamente atemporal, é fato que seu *começo* histórico enquanto movimento atual pode ser facilmente rastreado a partir de um autor nascido no final do século XIX e morto no Cairo em 1951. Refiro-me aqui a René Guénon.

Esclareçamos desde logo: não é nosso propósito nesta fala esmiuçar ou sequer apresentar o pensamento de Guénon de forma satisfatória. Se o faremos, o será de forma muito preliminar e insuficiente, até porque isso ainda é algo que está além de nossas capacidades nessa etapa inicial de pesquisa. O que queremos fazer aqui é algo mais preciso e circunscrito: opor à concepção da metafísica tal como defendida por Guénon aquilo que se apresenta como uma espécie de absoluta alteridade ao seu pensamento (essa constatação, saliente-se, não é minha, mas do próprio Guénon em diversos dos seus escritos). Refiro-me aqui, desta vez, a Henri Bergson, o grande filósofo francês da duração, alvo da crítica cerrada de Guénon em sua obra. Em suma, nossa ideia nesta fala é propor a construção de uma pequena máquina de guerra antitradicionalista, a partir da oposição das concepções da Metafísica de Bergson e aquela apresentada por Guénon em seus escritos. Para tanto, faremos um recorte bem preciso: partiremos da crítica guenoniana a Bergson, presente em vários de seus livros, para tentar fabular uma espécie de metacrítica bergsoniana contra Guénon. De Guénon contra Bergson a Bergson contra Guénon. Pensar o tradicionalismo para opor-lhe aquilo que se apresenta como seu absolutamente Outro, a saber, Bergson.

Tal empreendimento, sabemos, comporta algumas dificuldades. Entre elas: (i) o conjunto de pensamentos centrais do tradicionalismo permanece envolto numa certa obscuridade, dado o seu caráter esotérico e iniciático (atmosfera de segredo contra a qual a Filosofia quase sempre se voltou) e (ii) como os estudiosos de Bergson o sabem, nunca houve uma resposta de Bergson às críticas endereçadas por Guénon a ele. O que podemos fazer aqui é simplesmente fabular essa metacrítica, essa crítica da crítica, opondo duas concepções da Metafísica completamente antagônicas. Será esse o intento deste artigo. Opor a concepção metafísica da Tradição (naquilo que conseguimos vislumbrar a partir da obra impressa de Guénon) à “outra metafísica” bergsoniana, para usar a tão feliz expressão de Pierre Montebello. Isso será feito tanto no nível dos princípios, como das consequências políticas oriundas deles (a qual trataremos mui brevemente, dado o pouco tempo de que dispomos). De fato, de um lado temos do lado da Tradição uma metafísica eternalista, que parte de uma concepção que coloca o tempo, o movimento e a mudança como uma (necessária) emanção e degeneração do Princípio, de outro uma metafísica que parte da ideia do Princípio como criação de absoluta novidade, que busca os “atributos positivos do tempo”, não vendo nele apenas uma privação da eternidade. Tudo isso terá, por sua vez, consequências políticas importantes: de um lado uma concepção da política que exalta a sociedade fechada baseada no autoritarismo, na fixidez e na hierarquia, cuja imagem mais exemplar é a pirâmide, de outro um pensamento político que culmina na ideia de uma sociedade aberta, reconhecendo o valor intrínseco da democracia (aquilo que poderíamos pensar sob a imagem de um ciclone). De fato, como tentaremos mostrar, a diferença entre a Metafísica da Tradição e a “Outra” Metafísica de Bergson não é somente aquela entre uma metafísica eternalista e outra temporal, mas entre uma *Metafísica fechada* e uma *Metafísica aberta*. Não se trata – e esse ponto é crucial – de uma mera inversão da ordem metafísica, como poderia ser tentado a pensar um tradicionalista que partisse dos escritos de Guénon, mas de pensar o absolutamente Outro da Tradição: Bergson *mantém* a ordem metafísica, mas incute nela a Diferença em todos os seus graus, chegando à concepção de um cosmos vivo e processual, em constante processo de expansão, animado por um Espírito que dura e se desenvolve no tempo (ou melhor, que é a diferenciação do próprio tempo).

Ao invés de ser uma fraqueza, a potência de Bergson em nossa época talvez derive do fato de que ele propôs um pensamento assumidamente metafísico, do qual é capaz de derivar uma fundamental e importante reflexão “metapolítica” acerca dos princípios últimos da Política,

ancorada, por sua vez, numa reflexão metafísica acerca do caráter do Princípio, do Real, do Absoluto. Essa é a reflexão que precisamos fazer hoje, uma reflexão acerca da necessidade humana do Real, assim como dos princípios últimos do Real. Evidentemente, podemos varrer tudo para debaixo do tapete, denegando o fato de que a Metafísica está simplesmente exposta a céu aberto. Mas o inconsciente, mais uma vez, retornará, em vagas cada vez mais violentas, como tem sido o caso no último decênio. O mal-estar político que nos assola tem suas raízes certo tipo de pensamento que se dissemina cada vez mais rápido, tal como o fogo da savana, e que urge combater, pela formação, na Filosofia, de pequenas máquinas de guerra conceituais. Essa é, basicamente, a proposta deste artigo.

2. A crítica de Guénon a Bergson

Feita essa breve apresentação de nossos objetivos, vale a pena situarmos melhor sobre quais textos de Guénon iremos nos debruçar para fazermos essa tentativa de metacrítica bergsoniana. A obra de Guénon, bastante vasta, é basicamente distinguida num conjunto de quatro grupos principais, entre os quais há um especificamente direcionado à crítica civilizacional. Nesse grupo, se encaixam obras como *A crise do mundo moderno* (o livro mais conhecido de Guénon) e *O reino da quantidade e os sinais dos tempos*. Será a partir do primeiro destes dois livros que recolheremos o essencial, em nossa pesquisa inicial, da crítica guenoniana a Bergson, já que é neles que se concentram algumas das críticas ao neoespiritualismo feitas por Guénon. Passemos, portanto, a analisar o sentido de algumas passagens deste livro.

Na *Crise do mundo moderno*, Guénon ataca aquilo que seria o caráter dissoluto do movimento histórico que se inicia com a Modernidade ocidental. Por “dissoluto”, não se compreenda aqui nenhuma crítica moralizante. A despeito de ter sido o guru que inspirou os gurus da extrema-direita, há em Guénon um soberbo descaso com essas críticas moralizantes tacanhas, tão comuns a setores da extrema-direita brasileira. Sua crítica à Modernidade, pelo contrário, é uma crítica metafísica. A dissolução a que nos referimos aqui é basicamente uma tendência de afastamento da *unidade* do Princípio e de queda na *multiplicidade*, que inclusive se aceleraria em nossos tempos pós-modernos. Precisemos este ponto.

Embora seja relativamente difícil rastrear a matriz metafísica do tradicionalismo, o esquema que Guénon nos apresenta na *Crise do mundo moderno* e nas obras que lemos até o presente momento sempre lembra, em certos aspectos, alguns elementos do neoplatonismo, a despeito das importantes diferenças entre eles. O principal ponto de semelhança, com efeito, é o papel fundamental da unidade no esquema metafísico proposto: assim como para os neoplatônicos, para quem todo o Real deriva do Uno, princípio metafísico supremo (que estaria, lembremos das palavras de Platão na *República*, além do próprio Ser), assim para o tradicionalismo, o Princípio metafísico pressupõe essa unidade primordial, que se diversifica, por emanção, na diversidade dos seres diferentes. Assim como no neoplatonismo, há no tradicionalismo toda a ideia de uma diversidade de níveis do ser, que decorreriam do processo de emanção do Princípio. Essa diversidade de níveis implicaria, por sua vez, um processo de afastamento do Princípio, correspondendo eles a uma queda progressiva na multiplicidade, cujo modelo último não seria outro senão a própria materialidade. Esse esquema poderia ser ilustrado por uma pirâmide: no cume dela teríamos a Unidade do Princípio (manifesto e não-manifesto, algo além do Ser), na base dela, a multiplicidade do mundo material e dos corpos que o compõem, nos níveis intermediários, a diversidade de manifestações psíquicas e espirituais.

No neoplatonismo, essa doutrina da emanção serve como modelo explicativo para a passagem da eternidade das hipóstases principais (Uno, *Nous*, *Psique*) ao tempo do mundo e das almas que o habitam (esse processo é brilhantemente explicado por Plotino na *Enéada* III,7). No tradicionalismo, por sua vez, essa doutrina da emanção, caminha com a ideia do tempo cíclico: a ideia é que o processo de emanção, a despeito de implicar uma liberdade do Princípio (que é absolutamente eterno), deve nos conduzir à ideia de uma repetição dos ciclos de produção e consumação do cosmos.

Baseando-se na doutrina hindu do Maha Yuga, que ele crê se repetir em linhas gerais em diversas culturas tradicionais, Guénon afirmará que o universo deve passar necessariamente por quatro grandes eras, que vão do esplendor do Satya Yuga (a era dourada, em que a humanidade estava mais próxima da verdade do Princípio) até o Kali Yuga, idade da escuridão e dissolução, na qual nós tivemos o azar de ter nascido. Depois do Kali Yuga, pontuemos, há uma consumação universal e o recomeço de tudo (alguém pensou aqui em eterno retorno?).

Vejam bem: tudo isso implica pensar uma história de longo, longuíssimo prazo. O Maha Yuga compreende para os hindus um período de aproximadamente 4.320.000 anos, sendo o período do Kali Yuga um período de 432.000 anos (só a título de curiosidade, mil Maha Yugas compõem um dia de Brahman, um *kalpa*). Para Guénon – em contraposição ao hinduísmo, saliente-se – o momento histórico que nós vivemos estaria bem no fim do Kali Yuga (há uma matemática curiosa de Guénon a esse respeito, mas não cabe entrar nisso agora). No final do Kali Yuga, por sua vez, verificaríamos uma época de guerras e catástrofes terríveis, assim como uma tendência cada vez maior à pulverização e dispersão temporal, com sua consequente queda na multiplicidade material.

Bom, vocês devem estar se perguntando agora: mas o que tudo isso tem a ver com Bergson? Basicamente, Guénon interpreta Bergson como uma espécie de sintoma intelectual desse período de queda e afastamento do Princípio. A duração bergsoniana seria, de certo modo, uma expressão intelectualizada do processo, bem típico da Modernidade, de esquivar o olhar do princípio atemporal para se focar exclusivamente no fluxo do tempo. Um desviar de olhos da unidade eterna do Princípio para a multiplicidade temporal do mundo. Mas é também mais do que isso: o bergsonismo seria uma perversa inversão da verdadeira ordem das coisas – ao enfatizar a precedência do tempo sobre a eternidade, ele estaria simplesmente invertendo o quadro clássico herdado da metafísica tradicional. Se a iniciação consiste principalmente num processo de compreensão dessa ordem metafísica, de precedência da eternidade sobre o tempo, Bergson seria uma espécie de “contrainiciador”, alguém que perverte e inverte a ordem metafísica do real, ao menos em pensamento. E isso não deixaria de ter um efeito nefasto sobre a intelectualidade, no período histórico em que vivemos.

Deixe-me trazer uma passagem da *Crise do mundo moderno* para ilustrar o que está em jogo:

É preciso notar que as filosofias do “vir a ser”, sob a recentíssima ideia de “progresso”, assumiram entre os modernos uma forma especial que as teorias do mesmo gênero jamais tiveram entre os antigos: essa forma, passível aliás de múltiplas variações, é aquilo que podemos, de maneira geral, designar como “evolucionismo”. Não repetiremos o que já dissemos em outra parte sobre esse assunto, lembraremos apenas que toda concepção que não admite nada além do “vir-a-ser” é necessariamente, por esse motivo mesmo, uma concepção “naturalista” que implica como tal uma negação formal do que está além da natureza, ou seja, do domínio metafísico, que é o domínio dos princípios imutáveis e eternos. *Assinalaremos também, a propósito dessas teorias antimetafísicas, que a ideia bergsoniana da “duração pura” corresponde exatamente*

a essa dispersão na instantaneidade da qual falávamos há pouco; a pretensa intuição que se molda pelo fluxo incessante das coisas sensíveis, longe de poder ser um meio para um conhecimento verdadeiro, representa na realidade a dissolução de todo conhecimento possível. (GUÉNON, 2022, p. 51, itálico nosso)

Esse é, de certo modo, um dos cerne da crítica de Guénon a Bergson: Bergson, ao moldar seu pensamento pelo fluxo temporal, teria deixado de lado os princípios imutáveis e eternos, que seriam os componentes da “verdadeira metafísica”. A intuição bergsoniana, na medida em que não é uma intuição intelectual – a única apta a captar esses princípios imutáveis – só pode ser uma intuição sensível maldisfarçada. Em última instância, a filosofia bergsoniana seria um sintoma de nosso período histórico, uma tendência de queda na dispersão temporal, que seria paradoxalmente um pensamento condenado a pensar o instantâneo, aquilo que não tem sequer densidade temporal.

3. Uma metacrítica bergsoniana a Bergson

Passemos agora à metacrítica bergsoniana, à fabulação de uma crítica da crítica que Guénon faz de Bergson.

Que tudo isso seja uma leitura muito apressada de Bergson, é bastante evidente. Bergson sempre enfatizou que a duração não é uma forma de “dispersão na instantaneidade” mas, pelo contrário, uma tentativa de conciliar a mudança e a permanência: aquilo que dura difere constantemente, mas essa diferenciação não impede que esse algo que dure contraia ou retenha o passado no presente incessantemente, sendo assim, algo que *permanece* enquanto *dura*. Vejam bem: em Bergson a mudança é absoluta: não há por detrás da mudança, *coisas* que mudem (como ele afirma nas conferências sobre *A percepção da mudança*), mas ao mesmo tempo a mudança é *substancial*: na medida em que aquilo que muda é algo que *dura*, ela também permanece no tempo. Essa é a forma com que Bergson tentou resolver as aporias herdadas de Heráclito e Parmênides: ao contrário de recorrer a um dualismo à la Platão, cindindo o Real entre a eternidade do mundo inteligível e o tempo do mundo sensível, e tentando explicar a permanência do ente concreto pela *participação*, Bergson fez da mudança

e da duração um absoluto que se basta a si mesmo: o que temos é somente o real que dura, em diferentes níveis de contração e rememoração do passado (e da correlata abertura para o futuro). No esquema metafísico de Bergson, não há nada que não dure: de Deus às pedras, tudo é permeado pela duração, princípio da diferenciação interna. Sem entrar em detalhes sobre a intuição bergsoniana, somente digamos que, longe de ser uma intuição sensível, e tampouco sendo uma intuição intelectual, ela é aquilo que atingimos ao aprender cada um dos graus de duração do real. O trânsito intuitivo pelos diferentes graus de duração, por sua vez, é a própria Metafísica, como Bergson tão bem pontua no seu (quase-)manifesto *Introdução à Metafísica*.

Compreendamos: é muito simples para Guénon (e para o tradicionalismo em geral) colocar Bergson como um negador da eternidade do Princípio, um inversor da ordem metafísica, um “pervertido” no sentido metafísico do termo (o mesmo que vale para Bergson também vale para outros autores criticados pelo tradicionalismo, veja-se a crítica corrente de Dugin a Deleuze). O que talvez causasse calafrios em Guénon e aos tradicionalistas, contudo, fosse a possibilidade de que o próprio Princípio ser diferenciação constante, mudança contínua, uma “eternidade de vida”, para usar os dizeres de Bergson. O que é curioso em Bergson, de fato, é que ele não nega a ordem metafísica, tão importante para a tradição, somente injeta nela a diferença (como tão bem detectava Deleuze já em 1956, naquele texto fundamental que é “A concepção da diferença em Bergson”). Isso leva a consequências metafísicas extremadas, que infelizmente não temos como detalhar aqui: ao invés de se pensar um Princípio estático e imutável, parte-se de um Princípio que difere continuamente, que se desenvolve numa ordem não apenas de criaturas, mas de criadores, uma vez que a liberdade envolve todos os graus de duração do Real. Isso leva, por sua vez, à concepção de um cosmos em constante diferenciação e expansão, não fadado a uma conflagração universal, mas a um desenvolvimento e criação sem fim. Em Bergson, lembremos, o “todo [...] é o Aberto” – não nos cansamos de mencionar essa brilhante frase de Deleuze (2018, p. 24). A nosso ver, isso implica em dizer que não somente o Princípio difere, em sua duração essencialmente aberta, com seu futuro indeterminado; que não somente o universo se expande continuamente, pela adjunção de “novos mundos” (como Bergson já defendia em 1907!); mas que a própria totalidade dos graus de duração está continuamente diferindo, se expandindo, produzindo assim novas espécies e indivíduos. Tudo é vastidão e abertura em Bergson... este é o sentido da “Metafísica aberta”, a que nos referimos anteriormente, que gostaríamos de contrapor à “Metafísica fechada” do tradicionalismo.

4. Conclusão

À guisa de finalização: neste monumental espetáculo metafísico em que estamos inseridos, surgem duas concepções diversas da Política, a depender de como pensamos o Real. Se partirmos de uma concepção fixista e imutável do Real, o resultado somente poderá ser um: autoritarismo, fixidez e hierarquia. Tudo aquilo que vemos na descrição da sociedade fechada em *As duas fontes da moral e da religião*. Essa é a consequência inevitável de certa visão metafísica do Real. É o que, *grosso modo*, chamamos de extrema-direita. Mas também poderíamos partir de uma visão do Real em constante diferenciação e mudança. Essa seria a metafísica de uma sociedade verdadeiramente aberta (“sociedade aberta”, pontuemos, completamente diversa daquela *open society* proposta por Popper), sociedade esta que encontra sua materialização corrente no elã da democracia, única possibilidade de nos fazer atingir “formas de liberdade e de igualdade hoje irrealizáveis, talvez inconcebíveis” (BERGSON, 2005, p. 235). Não tenho como aprofundar este ponto, infelizmente, mas ficarei feliz se tiver pelo menos apontado a indissociabilidade da discussão Metafísica e da Política nos debates atuais.

Para concluir mesmo, gostaria de trazer à lembrança uma longa passagem de um grande comentador de Bergson e também grande filósofo, Vladimir Jankélévitch:

Bergson, assim como recusa o problema da origem radical, recusa as aporias relativas à ‘ultimidade’ e despede-se de toda escatologia: a angústia do último Julgamento, as especulações milenaristas sobre o fim da História, o fim do mundo, o “fim dos tempos” não existem para ele; a duração não cessará jamais de durar – pois ela é a espiritualidade mesma: a ideia de tempo concluído, desenrolado, dividido, é um fantasma absurdo, gerador de problemas imaginários, de enlouquecedoras aporias e de fobias metafísicas; o tempo, para esta filosofia ao mesmo criacionista e ‘continuacionista’ não é um quantum finito que deve se esgotar pouco a pouco até o quinquagésimo nono minuto de sua décima primeira hora, consumir os instantes até o penúltimo, e parar então como um relógio desmontado quando a última badalada de sua última hora tiver soado; e do mesmo modo a história do mundo não acaba na conflagração geral quando a humanidade tiver chegado à sua exaustão... A humanidade, no caminho da salvação, não tem uma margem finita a preencher, uma certa lacuna a compensar, uma certa distância a alcançar. Estes mitos antropomórficos não têm de metafísico que as pretensões: pois o tempo é, como o próprio dever,

inexaurível. O espantinho do ‘quilismo’ é então tão estrangeiro à *Evolução criadora* que a vertigem do Começo. Se o nada é um falso problema, o aniquilamento que levaria a este nada, o extermínio que tornaria possível esta aniquilação são também conceitos talhados para o mundo empírico da quantidade. *In nihilum* e tão verbal quanto *Ex nihilo*. (JANKÉLEVITCH, 1999, p. 266, tradução minha)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **As duas fontes da moral e da religião**. Lisboa: Edições 70, 2019.

BRUNO, Victor. **René Guénon revelado**: vida e pensamento de um enigma do século XX. Curitiba: Editora Danúbio, 2023.

DELEUZE, Gilles. “A concepção da diferença em Bergson” in **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Cinema 1**: a imagem-movimento. São Paulo: Editora 34, 2018.

GUÉNON, René. **A crise do mundo moderno**. São Paulo: Editora Bismillah, 2022.

_____. **O reino da quantidade e os sinais dos tempos**. São Paulo: Editora Bismillah, 2022.

JANKÉLEVITCH. Bergson. “Bergson e o judaísmo” in **Henri Bergson**. Paris: PUF, 1999.

SEDGWICK, Mark. **Contra o mundo moderno**: o Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade**: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: editora da UNICAMP, 2020.

VOLPI, Franco. **Niilismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.